

Rodrigo Pironti  
*Coordenador*

Prefácio  
*Marcelo M. Bertoldi*

# LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Estudos sobre um novo cenário  
de Governança Corporativa

Belo Horizonte

**FÒRUM**

2020

© 2020 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

### Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalhe	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Carmen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto ( <i>in memoriam</i> )	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Otton de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

## FÓRUM

Luis Cláudio Rodrigues Ferreira  
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo  
Aline Sobreira de Oliveira

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012  
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949  
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail [editorial@editoraforum.com.br](mailto:editorial@editoraforum.com.br) para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

L525 Lei Geral de Proteção de Dados : estudos sobre um novo cenário de Governança Corporativa / coordenado por Rodrigo Pironti. Belo Horizonte : Fórum, 2020.

254 p. : 14,5cm x 21,5cm.

Inclui bibliografia.  
ISBN: 978-65-5518-043-5

1. Direito empresarial. 2. Direito privado. 3. Direito público. 4. Direito administrativo. I. Pironti, Rodrigo. II. Título

2020-1518

CDD: 342  
CDU: 342

Elaborado por Wagner Rodolfo da Silva – CRB-8/9410

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

PIRONTI, Rodrigo (Coord.). *Lei Geral de Proteção de Dados: estudos sobre um novo cenário de Governança Corporativa*. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 254 p. ISBN 978-65-5518-043-5.

## SUMÁRIO

## PREFÁCIO

<b>Marcelo M. Bertoldi</b> .....	15
----------------------------------	----

## LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NA EXPERIÊNCIA EUROPEIA

<b>Luciano Ferraz, Thiago Ferreira Almeida</b> .....	17
1 Considerações introdutórias .....	17
2 LGPD na União Europeia .....	18
3 À guisa de conclusão .....	22
Referências .....	23

## A INSEGURANÇA JURÍDICA SOBRE O INÍCIO DE VIGÊNCIA DA LGPD: OS REFLEXOS DE UMA ESQUIZOFRENIA NORMATIVA

<b>Rodrigo Pironti</b> .....	27
------------------------------	----

## INVESTIGAÇÕES CORPORATIVAS À LUZ DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

<b>Ana Maria Silveira Sasso Gomes, Eduardo Moura, Marcos Mafra</b> .....	37
1 Introdução.....	37
2 As investigações corporativas no âmbito da <i>General Data Protection Regulation (GDPR)</i> .....	38
3 A necessidade de adequação das investigações corporativas segundo a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).....	42
4 Recomendações na forma de coletar e tratar dados durante o processo de investigação interna.....	44
5 Requisitos impostos pela Lei Geral de Proteção de Dados no processo de investigação de dados .....	46
6 Considerações finais.....	50

## LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E “DUE DILIGENCE” DE INTEGRIDADE: APARENTE CONFLITO OU EFETIVA APLICAÇÃO?

<b>Matheus Lourenço Rodrigues da Cunha</b> .....	51
Introdução.....	51

1	A tutela internacional e interna de direitos humanos e fundamentais decorrentes de dados pessoais .....	52
2	A corrupção como agente lesivo de direitos humanos e fundamentais e a tutela proveniente de seu combate e prevenção .....	57
3	As diligências ou verificações apropriadas ( <i>due diligence</i> ) como requisito de efetividade do programa de <i>compliance</i> e integridade .....	60
4	Aparente conflito entre a LGPD e <i>due diligence</i> de integridade e alternativas para a conformidade.....	65
	Conclusão.....	68
	Referências .....	69

#### PROGRAMA DE GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE

<b>Éryta Dallete Fernandes Karl</b> .....	73
I Comprometimento do agente de tratamento de dados.....	74
II Integração do programa à estrutura geral de governança .....	75
III Aplicabilidade do programa a todo o conjunto de dados pessoais sob controle da organização .....	76
IV Adaptação do programa à estrutura, escala, volume e sensibilidade dos dados tratados .....	77
V Estruturação de políticas e salvaguardas adequadas .....	77
VI Avaliação sistemática e periódica de impactos e riscos à privacidade .....	79
VII Mecanismos de supervisão internos e externos .....	79
VIII Existência de planos de resposta a incidentes e planos de remediação.....	80
IX Transparência com o titular dos dados .....	80
X Monitoramento contínuo e atualização constante .....	81

#### AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (ANPD)

<b>Ana Maria Silveira Sasso Gomes</b> .....	83
---	----

#### AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS, ASPECTOS PENDENTES DE REGULAÇÃO E CULTURA DE PROTEÇÃO DE DADOS

<b>Natália Brotto, Pedro Henrique Dalgallo Camargo</b> .....	91
1 A Autoridade Nacional de Proteção de Dados .....	91
2 Aspectos pendentes de regulação pela ANPD e os princípios da LGPD.....	93
3 Aspectos pendentes e primeiros passos da ANPD.....	95

4	A ANPD e a figura do encarregado ( <i>Data Protection Officer</i> ).....	97
5	A necessária delimitação do legítimo interesse pela ANPD .....	98
6	A ANPD e os bancos de dados “antigos” .....	99
7	A ANPD e a cultura de proteção de dados.....	100
8	Conclusão.....	101
	Referências .....	102

## RESPONSABILIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS NA LGPD

<b>Francisco Zardo</b> .....		105
1	Objeto de análise.....	105
2	A responsabilidade dos agentes de tratamento de dados.....	106
2.1	Pressupostos: conduta, dano e nexos.....	106
2.2	Responsabilidade subjetiva ou objetiva?.....	106
2.3	Solidariedade.....	107
2.4	Excludentes de responsabilidade .....	108
2.5	Aspectos processuais e a prescrição.....	109
3	As sanções administrativas aplicáveis aos agentes de tratamento de dados.....	110
3.1	A incidência do regime jurídico de Direito Administrativo Sancionador .....	110
3.2	A exigência de tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade (ou reprovabilidade).....	112
3.3	As sanções em espécie.....	114
3.4	O processo administrativo e a dosimetria das sanções.....	117
3.5	Vedação ao <i>bis in idem</i> .....	118
3.6	Prescrição .....	119
	Referências .....	119

## SISTEMA DE GESTÃO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E DATA SCIENCE: COMO UTILIZAR NA IMPLANTAÇÃO DA LGPD

<b>Felipe Guimarães</b> .....		121
	Sistema de informação × tecnologia da informação .....	122
	Segurança da informação .....	123
1	Disponibilidade.....	123
2	Integridade .....	124
3	Confidencialidade.....	124
	Os conceitos de dado e informação.....	124
	Segurança e sigilo dos dados .....	126

Conclusão.....	129
<b>OS PRINCIPAIS DESAFIOS DAS EQUIPES DE TI PARA SE ADEQUAREM À LGPD</b>	
<b>Christian Bachmann</b> .....	131
Introdução.....	131
2    Bases legais.....	132
3    Ciclo de vida dos dados pessoais.....	134
3.1    Titular do dado .....	134
3.2    Coleta de dados.....	134
3.3    Processamento/armazenamento.....	135
3.4    Descarte.....	136
4    Mapeamento dos ativos de TI.....	136
5    Análise de riscos de TI.....	137
6 <i>Privacy by design</i> .....	139
7    Consentimento .....	140
8    Direito dos usuários .....	142
9    Incidente de segurança .....	143
10   Exceção .....	145
Referências.....	145
 <i>PRIVACY BY DESIGN E PRIVACY BY DEFAULT</i>	
<b>Sandro Tomazele de Oliveira Lima</b> .....	147
 <b>IMPLANTAÇÃO DA LGPD NO SETOR PÚBLICO: GERENCIANDO RISCOS IMINENTES</b>	
<b>Walter Cunha, Bruno Affonso, Juliana Legentil</b> .....	157
Introdução.....	157
2    Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais: impactos no setor público.....	158
3    Gerenciamento de riscos relacionados à LGPD no setor público.....	160
Considerações finais.....	164
Referências.....	164
 <b>A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS</b>	
<b>Luciano Elias Reis, Rafael Knorr Lippmann</b> .....	167
Introdução.....	167

2	Dados pessoais e a Administração Pública.....	168
3	A Administração Pública na LGPD .....	170
3.1	Princípio da finalidade e a “pertinência temática” no tratamento de dados pessoais.....	171
3.2	Controle humano sobre tomada de decisão automatizada .....	173
3.3	Inadequação das sanções legais às infrações praticadas pela Administração Pública.....	175
3.4	Sanções aos agentes públicos por violação aos dispositivos legais .....	176
	Conclusão.....	177
	Referências .....	177

#### FUNDAMENTOS DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E A RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO NO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

<b>Mirela Miró Ziliotto, Felipe Greggio .....</b>	<b>179</b>	
1	Introdução.....	179
2	Os fundamentos e princípios da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais .....	180
3	Princípios e responsabilidade do tratamento de dados pessoais pela Administração Pública.....	189
4	Conclusão.....	197
	Referências .....	198

#### A APLICAÇÃO DA LGPD NAS EMPRESAS ESTATAIS

<b>Caroline Rodrigues da Silva .....</b>	<b>201</b>	
1	Introdução.....	201
2	Contextualização.....	202
3	A LGPD e as estatais .....	210
3.1	Execução de atividades em regime de concorrência .....	210
3.2	Operacionalização de políticas públicas .....	211
3.3	LGPD e demais atuações das estatais .....	212
	Conclusão.....	214
	Referências .....	215

#### A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NO SISTEMA S: ASPECTOS RELEVANTES

<b>Julieta Mendes Lopes Vareschini.....</b>	<b>217</b>	
1	Do regime jurídico aplicável ao Sistema S.....	217

2	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais: aplicabilidade ao Sistema S .....	220
3	Conclusão.....	230
	Referências .....	230

#### A FIGURA DO ENCARREGADO PELA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

	<b>Diogo Silva Marzzoco</b> .....	233
	Introdução.....	233
1	Quem é o encarregado e qual o perfil desejado? .....	234
2	Quem deve indicar um encarregado?.....	236
3	Atividades do encarregado .....	240
4	Responsabilização do encarregado .....	245
5	Conclusão.....	246
	SOBRE OS AUTORES.....	249